

al-madama

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265 [semestral]

online

#28 (tomo 1) Jan. 2025

ARQUEOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Composição sobre ilustração gerada por Inteligência Artificial a partir de uma instrução inicial, num “delírio” que exemplifica as novas abordagens interpretativas ao alcance desta ferramenta tecnológica, mas também a tensão entre a especulação criativa e o rigor por que se devem pautar as Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente a Arqueologia.

Ilustração | © Pedro da Silva, Dall-E, 2024.

Al-Madan
online

2.ª Série, N.º 28, Tomo 1, Janeiro 2025

Proprietário e editor |

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

Distribuição |

http://issuu.com/almadan

Periodicidade | Semestral

Apoios | Associação dos Arqueólogos Portugueses / Arqueohoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Câmara Municipal de Almada / Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

Conselho científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Resumos | Autores e Jorge Raposo
(português), Luísa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos (francês)

**Modelo gráfico, tratamento de
imagem e paginação electrónica |**
Jorge Raposo

Revisão | Autores e Fernanda Lourenço

Colaboram neste tomo |
Luís Almeida, Massimo Beltrame,
Luís Borges, Patrícia Brum, Fábio
Capela, João L. Cardoso, Tânia
Casimiro, Maria João B. Coelho,

Leonor S. da Costa, Vanessa Dias,
Gisela Encarnação, José d'Encarnação,
Lídia Fernandes, Jorge Forjaz, Duarte
Formiga, Ana Fragata, Marcos T.
E. Frota, Joaquim Garcia, Manuel
García-Heras, Saul A. Gomes, Gerardo
V. Gonçalves, Carolina Grilo, Javier G.
Iñáñez, Vítor O. Jorge, Ricardo J. F.
Lima, Sebastião L. de L. Filho, Catarina
C. Leal, Afonso Leão, Rosa Marques,
Sonia M. Mascarós, Victor Mestre,
João Mirão, Judit Molera, Manoel O.
de M. Filho, Francisco Moura, José M.
S. do Nascimento, José L. Neto, J. Nilo
de S. Nobre, Susana Pacheco, Pedro
Parreira, Dina B. Pereira, Franklin

Pereira, João M. Perpétuo, Margarida
Pogarell, Inês M. Rato, António Rei,
Jorge M. Resende, Ana C. Ribeiro,
Fernando Rocha, Carla D. Rodrigues,
Clodoaldo Roldán, Filipe J. C. Santos,
Joel Santos, Maria do C. Santos,
Alexandre Sarrazola, João Sequeira,
Salomé Sequeira, Pedro da Silva,
Maria A. de Souza, José Vinagre e
Maurizio Zambaldi

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

A impressionante rapidez a que se diversificam e operacionalizam as aplicações da Inteligência Artificial (IA) incute um amplo leque de sentimentos contraditórios, que vão do deslumbramento e optimismo à preocupação, angústia e mesmo fatalismo. São já evidentes os avanços obtidos em múltiplas áreas científicas e tecnológicas com impacto concreto e significativo na nossa vida, na forma como interagimos uns com os outros, com a fauna e a flora que connosco partilham este planeta, com a materialidade desse corpo celeste que nos dá abrigo e, até, com o contexto cósmico em que se movem milhões de outros. É evidente também a gigantesca margem de progresso que se antevê para todos esses campos e outros que nem imaginamos, bem como a brusca e aparentemente imparável aceleração do processo.

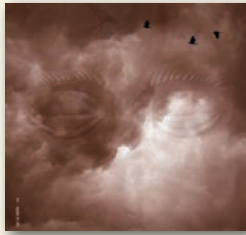
No campo das Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente em Arqueologia, vão surgindo exemplos de aplicação que são eles próprios, também, exercícios de reflexão e debate, como sucede no artigo que justifica o destaque desta *Al-Madan Online*. As inegáveis potencialidades e benefícios das tecnologias baseadas em IA abrem vias de investigação fundamental e aplicada inovadoras, e dotam outras de novos recursos para resultados mais rápidos ou objectivos mais ambiciosos; mas também impõem novas questões epistemológicas, metodológicas, éticas, deontológicas..., enquanto geram riscos não despreciandos que importa identificar e, na medida do possível, prevenir e minimizar. Nestes últimos avultam os “delírios” ou “alucinações” característicos desta fase de desenvolvimento da IA, que a levam a tratar toda a base informativa disponível de igual forma, sem mecanismos de avaliação e aferição de qualidade e veracidade, o que resulta em respostas “criativas” e aparentemente coerentes que, contudo, podem ser parcial ou totalmente inventadas e/ou erradas. Acresce que, numa disciplina onde o trabalho de campo e o registo ocupam um lugar central na produção do conhecimento, os perigos da geração de textos e/ou imagens modificadas ou produzidas por IA, de modo a sustentar ou aprimorar “narrativas” preconcebidas e pseudocientíficas, são evidentes e devem preocupar arqueólogos, universidades e entidades de tutela. É uma discussão que urge encetar, para que gradualmente se imponham boas práticas e mecanismos regulatórios formais e não formais que credibilizem e promovam a Arqueologia e as múltiplas disciplinas que nesta confluem. No geral, a professora catedrática Virgínia Dignum, em entrevista publicada pelo semanário *Expresso* (2025-01-17), estabeleceu uma poderosa analogia da área em que é especialista: a IA é hoje “*um automóvel sem travões, guiado por uma pessoa sem carta de condução, numa rua sem sinais de trânsito*”. Se bem que abrangente e actual, esta não é, porém, a única frente de trabalho, reflexão e debate que marca a presente intervenção em Arqueologia e no Património Cultural, em geral. As mais de 200 páginas que se seguem documentam-no bem e espero que proporcionem boas leituras.

Jorge Raposo, 20 de Janeiro de 2025

EDITORIAL... 3 ▶

CRÓNICAS

O Tempo,
esse grande escultor |
José d'Encarnação... 6 ▶



O gesto arqueológico |
Vitor Oliveira Jorge... 9 ▶



Porquê é antigo e não velho?
Ou, porquê deixou de ser novo?

Como medimos e
referenciamos o nosso
tempo patrimonial
afectivo, entre o
material e o imaterial |
Victor Mestre...
12 ▶

OPINIÃO

Delirium: entre a Arqueologia
e a Inteligência Artificial |
Pedro da Silva... 14 ▶



A Tempestade de 19 de Novembro
de 1724: na efeméride do seu triplo
centenário (*myse en abyme*) |
Alexandre Sarrazola... 22 ▶

ARQUEOLOGIA



Revisitando o Castro de
Benagouro ou a Cividaiia de
Benagouro: um património
arqueológico abandonado e
longe das actuais lupas da
academia prática | Gerardo
Vidal Gonçalves e Dina
Borges Pereira... 30 ▶

O Castelo de
Sampaio (São Cristóvão
de Nogueira, Cinfães):
um novo contributo
para o seu estudo |
Jorge Manuel
Resende... 44 ▶



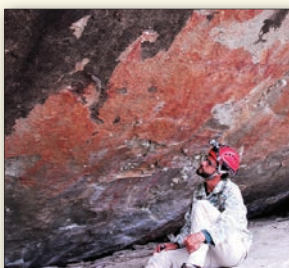
Intervenção Arqueológica na
Quinta do Estado no Âmbito
do Projeto “Eixo Estruturante
Venda Nova / Falagueira - L4”
(Amadora) | Vanessa Dias,
Salomé Sequeira e Gisela
Encarnação... 58 ▶



O Dom Invisível no
Marco de Propriedade
Associado ao Conde
de Soure Pelo
Território em
Título | Filipe J. C.
Santos... 69 ▶

HISTÓRIA DA
ARQUEOLOGIA
PORTUGUESA

ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



Informações Sobre a
Documentação Preliminar do
Sítio Arqueológico da Toca
da Onça (Povoado Boa Sorte,
Região de Pedro Alexandre,
Nordeste da Bahia, Brasil) |
Sebastião Lacerda de Lima
Filho, Manoel Odorico de
Moraes Filho, Marcos Tadeu

Ellery Frota, Ricardo Junio Feitosa Lima, José Marques Souza do
Nascimento e Maria Aparecida de Souza... 77 ▶

CONSERVAÇÃO



Forno Cerâmico Romano do Louredo
(Santa Marta de Penaguião): conservação,
restauração e valorização | João Miguel Perpétuo
e Joaquim Garcia... 88 ▶



José Pires
Gonçalves: um
médico no “paraíso
megalítico” de Reguengos
de Monsaraz | João Luís
Cardoso... 97 ▶

ESTUDOS



Šarba / Serpa e Sua Região no Ġarb al-Andalus (Séculos VIII-XIII): novas achegas documentais | António Rei... 107 ▶

A Administração Régia das Minas de Ouro da Adiça (Almada) de 1200 a 1500 | Saul António Gomes... 115 ▶

As Mulheres da Fábrica Santos Mattos | Inês Moreira Rato, Leonor Sul da Costa e Duarte Formiga... 143 ▶



Atrás das Grades - II: a comunidade conventual de Santa Clara de Coimbra no século XV | Catarina Cunha Leal, Maria João Bernardes Coelho e Maria do Céu Santos... 131 ▶

PATRIMÓNIO



Lajes War Cemetery (Terceira, Açores) | Carla Deveses Rodrigues, José Luís Neto e Luís Borges... 159 ▶

Património Partilhado: duas décadas de educação patrimonial em Avis | Ana Cristina Ribeiro... 152 ▶



Um Solar de Família no Cabo da Praia (Terceira, Açores) | Jorge Forjaz, José Luís Neto, Luís Borges, Pedro Parreira e Tânia Manuel Casimiro... 168 ▶



História Mercadológica: do monumento histórico como referência cultural ao património como produto | João Nilo de Souza Nobre... 176 ▶

Descolonizar a Arqueologia Industrial: o caso da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços | Francisco Moura, João Luís Sequeira, Tânia Casimiro, Joel Santos, Afonso Leão, Susana Pacheco e Margarida Pogarell... 186 ▶



Sacos de Pastores do Alentejo: a coleção de António Carmelo Aires - Parte II | Franklin Pereira... 196 ▶



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

Pendente de cornalina recolhido no Cerro do Castelo de Alferce (Monchique) | Fábio Capela, José Vinagre e Massimo Beltrame... 203 ▶

EVENTOS

O Museu de Lisboa - Teatro Romano e a 3.ª edição do *Open House Arqueologia* em Lisboa | Lídia Fernandes, Carolina Grilo e Patrícia Brum... 206 ▶

Crónica do XV Congresso Ibérico de Arqueometria | Fernando Rocha *et al.*... 212 ▶

Algumas reflexões a partir do Curso de Introdução à Geoarqueologia da UNIARQ | Maurizio Zambaldi e Luís Almeida... 214 ▶

Agenda de Eventos... 217 ▶

LIVROS & REVISTAS

Os Romanos em Valongo | José d'Encarnação... 218 ▶

Em prol do Património | José d'Encarnação... 220 ▶

Um vade mecum para a Arqueologia | José d'Encarnação... 221 ▶

Marcas de ânforas romanas da Lusitânia | José d'Encarnação... 223 ▶

Novidades editoriais... 222-228 ▶

Os Romanos em Valongo

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Uma equipa, constituída por Lino Tavares Dias, Cristina Madureira, Paula Costa Machado, Pedro Aguiar e Alexandra Lima, dispôs-se a investigar o que do tempo da ocupação romana se poderia encontrar no território do actual concelho de Valongo (distrito do Porto).

Aceitou o Município o desafio – até em jeito de comemoração dos seus 180 anos – e daí nasceu o primeiro volume da obra *Os Romanos em Valongo* (Valongo, Junho de 2022). Um volume de prestígio, muito bem apresentado, com excelentes fotografias a cores, papel couché de boa gramagem, 300 páginas, a que acresce, em desdobrável, circunstanciado mapa do concelho (da autoria de Pedro Aguiar), de 58 x 45 cm, numa escala da ordem de 1/35 300, em que se localiza tudo o que pode interessar ao Património cultural.

No prefácio, Lino Tavares Dias explicita, a dado passo, que a estrutura do livro assenta em quatro palavras: “Reconhecer, interpretar, descrever e explicar”. Assim, depois de se responder à questão “porquê falar de Romanos em Valongo” (capítulo 1.º), descrevem-se (capítulo 2.º) as características da região aquando da chegada dos Romanos: a paisagem cultural, as informações passíveis de se recolher na *Geografia* de Estrabão, a identidade do território e o que se conhece já do povoamento indígena.

O 3.º e último capítulo tem por título “A região ao ritmo do Império” e nele se abordam, após considerações de ordem política (“A estratégia da governação para o Noroeste da *Hispania*”) e administrativa (“A administração do território e a capitalidade política”), aspectos mais consentâneos com a realidade concreta em estudo: “A população e a esperança de vida, as condições de vida e de trabalho” e, de modo especial, como decorreria a economia, no que concerne à agricultura, à exploração florestal e – aspecto deveras significativo – à exploração aurífera. Um olhar derradeiro será para a circulação de pessoas e de produtos.

Antes da apresentação de uma tábu cronológica e da bibliografia compulsada, dá-se conta, em pos-

fácio, dos nove momentos de transformação por que passou a paisagem natural do concelho, em jeito de aperitivo para o 2.º volume, que vai ser o *Contributo para Reconhecer Lugares e Topónimos de Valongo*.

Congratulamo-nos e o que se enunciou alicia-nos para olhar com algum pormenor para dois dos temas abordados: o que se refere à população e o da exploração aurífera.

O capítulo “A mineração romana do ouro em Valongo”, da autoria de Alexandra Lima, ocupa as pp. 217-245, e constitui, na verdade, uma boa surpresa, mormente pelas evidências encontradas no terreno e aqui apresentadas em fotografia. Logo a recriação apresentada na figura 73 (p. 218), datada de 2018, desperta a maior curiosidade, pois mostra um “esquema ilustrativo dos extensos complexos mineiros romanos no flanco de encosta das serras de Valongo, como, por exemplo, o bem preservado conjunto de poços verticais do fojo das Pombas, com a galeria de esgoto do ribeiro da Cana a desaguar em Valongo”. O capítulo subdivide-se em: “As minas de ouro”, “Mineração em depósitos secundários e mineração hidráulica associada”, “Mineração subterrânea em depósitos primários”, “Mineração em céu aberto de grande extensão”, “Os principais complexos mineiros” e “Exploração subterrânea”. Um parêntesis para assinalar que à preciosidade do volume poderá não ter correspondido uma organização gráfica (digamos assim) e, até, de lógica expositiva equivalente. E faz-se aqui este parênte-

sis, porque, esse título “Os principais complexos mineiros” está no mesmo tipo de letra da identificação de cada um desses complexos, quando seria de esperar uma enumeração em corpo menor e, eventualmente, até com letras ou números sequenciais. Já agora, indiquem-se quais são esses complexos: o complexo mineiro norte da serra de Santa Justa, o Fojo das Pombas e o complexo mineiro da serra de Pias – todos eles com a devida fotografia a cores e de página inteira, para adequada localização.

Ainda no mesmo aspecto da organização gráfica, notar-se-á que o 5.º tema em que se subdivide o capítulo 03 (e último) do livro, grafado em capitais, começa no final da p. 245, ou seja, na sequência – sem separação visual – do subcapítulo (chamemos-lhe assim) que trata da mineração.

Se também as 20 propostas de centurição romana apresentadas na fig. 66 vão, seguramente, ser alvo de apreciação por quantos se dedicam à Arqueologia espacial; e se o recurso a um texto de Natália Correia para definir “a estratégia romana” (pp. 115-116) pode causar estranheza – a referência à “esperança de vida” chama a atenção, numa altura da investigação em que esse conceito em relação à Época Romana, assim como o de “médica de vida”, progressivamente se têm deixado de parte, por falta de elementos válidos de sustentação¹. Daí que se aceite, ainda que se não apoie, uma afirmação como esta: “Demograficamente, o Império Romano era semelhante a um estado pré-

¹ Foi esse um tema que bastante entusiasinou epigrafistas e historiadores da Antiguidade Clássica nas décadas de 60 e 70 do século passado. Citem-se, a título de exemplo: Iiro Kajanto, *On the Problem of the Average Duration of Life in the Roman Empire*, Helsinki, 1968; e Manfred Claus, «Les problèmes de la statistique de l'âge d'après les inscriptions funéraires romaines», *Antiquités Africaines*, 1975, 9: 109-114.

A discussão prosseguiu nos anos 80: vejam-se, do livro *La Mort, les Morts et l'au-delà dans le Monde Romain*, editado pelo Centre de Publications de l'Université de Caen em Janeiro de 1987, da responsabilidade de Monique Dondin-Payre et al., os textos seguintes: «Difficultés de l'estimation de la longévité: questions de méthode», de Jean-Marie Lassère (pp. 91-97); «Les insuffisances du matériel épigraphique sur

la mortalité dans l'Antiquité Romaine», de Pierre Salmon (pp. 99-112). Em 1984, fiz uma síntese da questão nas páginas 780-781 de *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Na actualidade, compreende-se terem sido muitos os factores que induziram a uma maior ou menor mortalidade (inclusive infantil) e, por outro lado, não se aceita como válido manacial de análise, em relação à Antiguidade, o rol de

epígrafes funerárias, por maior e mais homogéneo que se apresente, mesmo em relação a uma região determinada, como foi o caso do cemitério de Cartago estudado por Robert Étienne e Georges Fabre: «Démographie et classe sociale: l'exemple du cimetière des *officiales* de Carthage», in *Recherches sur les Structures Sociales dans l'Antiquité Classique*, Paris, 1970, pp. 81-97.



DIAS, Lino TAVARES; MADUREIRA, Cristina; MACHADO, Paula Costa; AGUIAR, Pedro e LIMA, Alexandra (coord.) (2022) – *Os Romanos em Valongo. Volume I*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. 300 p. il. ISBN: 978-989-54573-5-9 – <https://tinyurl.com/4jez4t83>

-moderno comum. Apresentava alta mortalidade infantil, baixa idade para o casamento e alta fertilidade no casamento. Devido à alta taxa de mortalidade infantil, a expectativa de vida ao nascer era cerca de 25 anos” (p. 169). Acrescenta-se: “Talvez metade dos romanos tenham morrido até aos 5 anos. Dos que ainda estavam vivos aos 10 anos, metade morreria até aos 50 anos. Mas se um romano sobrevivesse na infância até ao meio da adolescência, poderia, em média, ter cerca de seis décadas de vida” (ibidem) ².

Constituem os epitáfios a fonte primordial de informação para se falar da idade, porque no epitáfio romano vinha mencionada, com frequência, a idade em que ocorrera o falecimento. Nesse aspecto, são citadas as duas únicas inscrições romanas identificadas no termo do concelho: a estela, de xisto, que recorda *Flaus*, filho de *Bracarus*, que morreu com 40 anos ³; e a ara em que *Apilus* e *Rufus* recordam *Albocus* ⁴. Ambas foram incluídas por Armando Redentor na sua tese de doutoramento (REDENTOR, 2017) ⁵, que é citada, mas creio valer a pena fazer um comentário a estas páginas 169-171, as únicas em que, salvo o erro, se fala de monumentos epigráficos romanos.

Assim, embora, na essência, se fitem nas observações de Redentor o que sobre cada uma das epígrafes aqui se escreve, há pormenores a fixar: – Refere-se “a dedicatória ao deus *Manes*”. Trata-se, porém, de uma consagração, de uma forma de colocar o monumento sob a protecção desses deuses (e não um deus), os núnemes do Além.

– Escreve-se que o defunto se chama Flávio, apontando-o como um dos testemunhos de se estar perante um documento “*assumidamente romano*”. Sucede, todavia, que o nome é *Flaus*, que se tem considerado mais conotado com a antropónimo indígena do que com a romana.

– Anota-se que 40 anos é “*idade relativamente avançada na época*”. Sucede, com efeito, que a menção do número 40 tem elevada conotação simbólica (ver ENCARNAÇÃO, 2000) e, por isso, se a referência às idades tem sempre de ser vista com alguma cautela, neste caso a prudência deve ser ainda maior.

– Concordam os autores com a datação apresentada por Redentor (1.ª metade do século II); não desdenharia – atendendo ao modo de identificação do defunto, à tipologia do monumento, à paleografia patente no texto (é notável o rigoroso alinhamento à esquerda) e ao uso de EST por extenso – fazer recuar essa datação para a 2.ª metade do século I. Serve essa datação – do século II – para justificar a afirmação “*o que nos parece confirmar que já então se afirmava a latinidade*”; ora, a “*latinidade*” há um século que se afirmara, seguramente e não com carácter duvidoso.

– Na legenda da fig. 63, “*Face posterior com marcas de bujarda*”, os autores queriam ter escrito “*ponteiro*”, na medida em que os traços oblíquos foram rasgados por instrumento pontiagudo; a bujarda tem uma boca de dentes, os Romanos não a conheciam e deixa na superfície pétreia um picotado.

– Merece também comentário o inusitado da abreviatura do patronímico – BRA por BRA(*cari*) –, correspondendo a uma vontade de afirmação da naturalidade paterna por parte de quem tomou a iniciativa de mandar erguer o epitáfio.

Poder-se-á estranhar que se não tenha explorado o filão cultural que dimana do facto de o 2.º monumento ser o altar dedicado a uma divindade indígena, *Albocus*, cujas características, pela sua singularidade, poderiam ser analisadas, mais não fosse sintetizando o que sobre ela se escreveu ⁶. Quanto a *Apilus* e *Rufus*, seguem os autores a opi-

ção de Redentor: são “*ambos de condição servil e de origem indígena regional*” (p. 171) ⁷.

Nesse 3.º capítulo se procurou, pois, dar uma ideia das informações susceptíveis de fornecer elementos para se ficar com uma visão o mais completa possível de como a região soube viver “*ao ritmo do Império*”. E não se erraria se se sublinhasse quanto os aspectos relacionados com o território mais tiveram o condão de captar a atenção dos autores, mormente levando em linha de conta o que se aponta no posfácio acerca do que se projecta abordar no 2.º volume da série: os nove momentos da evolução da paisagem.

Fruto de bem cuidada execução gráfica, num formato de peso (39 x 24 cm), ilustrações a cores e de página inteira, o volume merece encómios pelo largo acervo de informação que veicula e que desperta interesse, levantando novas e bem sugestivas questões, mormente – no que respeita à Época Romana – no domínio da mineração e da exploração do solo. É o 1.º volume dum projecto que visa mostrar “*que os diferentes momentos históricos se sucedem e se complementam*”; ou seja, o 2.º volume já não é sobre os Romanos, responsáveis, de certo modo pela “*paisagem cultural que herdamos*”, para se usar a expressão do presidente da Câmara Municipal, na Nota Introdutória: o que se irá ver de seguida é o modo como outras gentes usufruíram e alteraram essa paisagem cultural herdada. 🐉

Referências

- ENCARNAÇÃO, José d’ (2000) – “Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana”. In GORGES, Jean-Gérard e NOGALES BASARRATE, Trinidad (coord.). *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana*. Mérida: Junta de Extremadura, pp. 241-247 (*Serie Estudios Portugueses*, 13) – <http://hdl.handle.net/10316/25565>.
- REDENTOR, Armando (2017) – *A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

² Compreende-se o que o autor quer dizer; contudo, na verdade, não é fácil “*sobreviver na infância até ao meio da adolescência*”.

³ Está embutida numa das paredes laterais da capela de S. Bartolomeu, em Susão.

⁴ Foi depositada no Museu Nacional de Soares dos

Reis (N.º de inventário: 131LAPCMP/MNSR).

⁵ O epitáfio de *Flaus* consta no catálogo (2.º volume) com o n.º 252 (pp. 179-180) e a inscrição a *Albocus* com o n.º 03 (pp. 14-15). No 1.º volume, refere a inscrição de *Flaus* na p. 274 e, de seguida (pp. 274-275), a condição

social dos indivíduos nomeados na 2.ª inscrição, cujo teónimo, *Albocus*, lhe vai merecer atenção nas pp. 347-348, no concernente à sua etimologia.

⁶ O texto da epígrafe é o seguinte: ALBOCO / [- -]P ? / RVFVS / APILVS / FECIT.

⁷ “*A sua identificação com apenas um nome indicia*

que se trata de indivíduos de condição servil”, afirma REDENTOR (2017: 2.º vol., p. 275), que não vê inconveniente em explicar a forma *fecit* no singular, relacionando-a com *Apilus*, o canteiro, tendo sido *Rufus* o encomendante. Dois aspectos a merecer maior reflexão, sem dúvida.

Em prol do Património

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Luís Raposo aposentou-se depois de não se haver recandidatado ao cargo de director do Museu Nacional de Arqueologia, que ocupara de 1996 a 2012. Na pestana do livro que ora nos cumpre analisar, *Arqueologia, Património e Museus*, que ostenta como subtítulo «Meio século de intervenção cívica e cultural», o autor é apresentado como «arqueólogo, especialista em Pré-História Antiga (Paleolítico)»; aliás, a foto dessa pestana mostra-o, porventura na Foz do Enxarrique, a procurar orientar um sílex ou artefacto pétreo dessa bem remota época.

Acontece, todavia, que – apesar de se mencionar que, entre 1975 e 1985, foi professor do Ensino Preparatório e Secundário e, mais tarde, de 2005 a 2014, professor convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo passado, antes, pelo Politécnico de Tomar e pela Universidade Lusíada, e de que, inclusive, não sendo doutorado, foi membro de júris de mestrado e de doutoramento –, apesar de tudo isso, é como ‘homem do Património’ que Luís Raposo mais se notabilizou, mormente no exercício das funções directivas do Museu Nacional de Arqueologia. O Museu conheceu, na altura, acentuado dinamismo, sobretudo através de grandes exposições temáticas que chamaram a atenção da comunidade científica e tiveram justificado eco na Comunicação Social. A sua eleição, em 2016, como presidente do ICOM Europa é indício, por outro lado, de que, não tendo oficialmente o Curso de Conservador de Museus, a sua experiência prática nesse domínio supriu largamente os dados teóricos que um curso lhe ministraria.

E se se aludiu à Comunicação Social é também porque Luís Raposo, comunicador por excelência (e como tal o mostra a foto da capa), se revelou – e revela – presença constante nas colunas do jornal *Público* e doutras publicações periódicas da capital, onde, sem enleios, pugna pela valorização do Património Cultural, atacando, sem dó nem piedade, os erros da governação, qualquer que ela seja. Governação que, como se sabe, sempre detém – e, possivelmente, nunca deixará de deter... – o condão de legislar sem consultar quem está no terreno e que, independentemente de credos políticos, sabe como se deveria fazer.

Importaria aos governantes da área cultural lerem os textos de Luís Raposo, sempre oportunos, a reflexão crítica em cima do acontecimento.

O tríptico do título da obra retrata a organização dos textos publicados:

– **Arqueologia** (pp. 13-181): 33 artigos, desde 1971 a 2020;

– **Património** (pp. 185-371): 50 artigos, desde 1990 a 2021 (dos quais oito em 2020, ano negro na história da nossa política cultural);

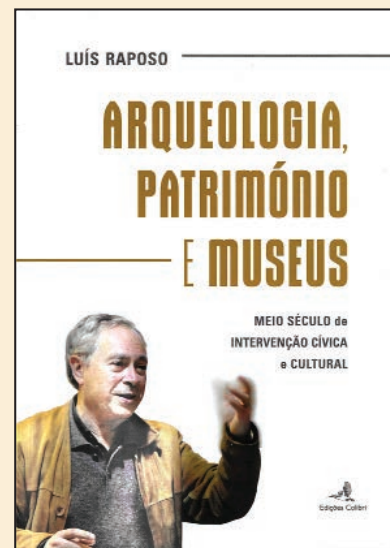
– **Museus** (pp. 375-581): 46 artigos, desde 1989 a 2021 (dos quais sete nesse ano de 2020).

Vejamos, pois, a título de exemplo, esse ano 2020. Era ministra da Cultura Graça Fonseca; presidia Bernardo Rabaça à Direcção-Geral do Património Cultural; foi secretária de Estado da Cultura Isabel Cordeiro.

No âmbito da **Arqueologia**, o último texto de Luís Raposo versa sobre optimismo e pessimismo em Arqueologia, onde analisa as teorias explicativas da vida do Homem na Pré-História; afirma que, apesar de tudo, sente «incompletude por não conseguir alcançar alguns aspectos do passado», que muito o interessariam (p. 179), para confessar, de seguida (pp. 180-181), que se delicia «em ler romances onde nos apresentam deuses “passeando na bruma da tarde”» – alusão ao livro, de Mário de Carvalho, *Um Deus Passeando na Bruma da Tarde* (Porto Editora, 2013). Aí, meu caro Luís Raposo, nós, os epigrafistas, levamos-te a palma: temos as inscrições que nos contam histórias e, daí, que possamos ouvir *A Voz dos Deuses*¹!... Creio poder afirmar que, no final de contas, entre pessimismo e optimismo, Luís Raposo é capaz de, também por isso, pender mais para o pessimismo.

No âmbito do **Património**, nesse 2020, os títulos são deveras significativos e quantos ainda se lembram desses meses facilmente compreenderão as razões dos desabafos:

– *As ruínas da mesquita e a decrepitude da DGPC*, inserido no *Público* de 2020-10-13. Vale a pena ler o primeiro parágrafo, onde o autor dá conta das declarações contraditórias de responsáveis num 1.º dia, no 2.º e vai até ao 6.º, porque «a DGPC parou para descansar ao sétimo dia. E, can-



RAPOSO, Luís (2021) – *Arqueologia, Património e Museus. Meio século de intervenção cívica e cultural*. Lisboa: Edições Colibri. 580 p. il. ISBN: 978-989-566-088-9.

sada, anunciou a demissão da sub-diretora-geral – coisa arrojada, já se vê. Mas estranha, porque quem esteve na infeliz berlinda durante a semana foi o outro subdiretor-geral. Terá havido engano?» (p. 329). A ironia a que Luís Raposo sabe sempre recorrer quando necessário...

– Desse mesmo ano, se está no ar a ideia de que, para os museus e o património cultural, urge um «golpe de asa» (pp. 334-335), fala-se também de ‘visão estratégica’, expressão que, como se sabe, é, do ponto de vista da opinião, uma expressão de mui forte conotação... expressiva! Os textos sobre esses temas vêm nas pp. 334-338, que, por sinal, devem ter sido escritos sob tensão, porque nas pp. 337 e 338 bastantes foram as gralhas que escaparam, em clara oposição às relativamente raras que se encontram na obra². Compreende-se.

– «O fetiche do racismo e a vandalização de ícones do passado» (pp. 339-341), a propósito dos desafortos em relação a estátuas: «Vamos passar a fazer praças e jardins de pedestais vazios e transformar

¹ Livro de João Aguiar, de 1984, que conta a história dum sacerdote do deus Endovélico e se baseia muito nos textos epigráficos que ‘bebeu’ n’*As Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos.

² Talvez a mais ‘sugestiva’ seja a de, por nefasta influência do corrector automático, se ter escrito que, «pelas suas coleções e pelos seus próprios espaços», os museus «podariam

constituir *alforjes* ao serviço seja do artesanato tradicional, seja da recreação contemporânea» (p. 333), quando se queres ter plasmado... *alfobres!* Decerto, porém, ambas as palavras susceptíveis de não serem conhecidas dos governantes: a primeira, um provincialismo algarvio; a segunda, porque isso de «*alfobres*» é coisa que se acarinhe?

Um vade mecum para a Arqueologia

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

os museus em “penitenciárias do passado?” – pergunta o autor, que sublinha, no final, quão importante será «*impregnarmo-nos da cultura de cada país concreto e convivermos racionalmente com tudo o que não é nem preto nem branco – e é para manter, porque nos faz adultos e cidadãos*».

– «*Património Cultural: e de súbito o impensável*» (pp. 350-351, *Público*, 2020-02-14). E o impensável resume-se a «*duas coisas notáveis*: 1.^a), a secretária de Estado, Isabel Cordeiro, ter assinado um «*despacho assombroso*», pelo qual se depositam «*em hotel privado coleções adquiridas pelo Estado e incorporadas no Museu Nacional dos Coches*», a Coleção Rainer Daehnhardt para o grupo hoteleiro Vila Galé; 2.^a), a nomeação de um técnico do imobiliário, sem qualquer currículo atendível, para director-geral desta área. Conclui Luís Raposo: é «*a captura de toda a área do património cultural pelos interesses da rentabilização imobiliária*». E alvitra a possibilidade de se estarem a aproximar tempos “interessantes”, «*de afirmação da cidadania, de indignação e de acção popular*». Não é preciso dizer mais nem melhor.

No âmbito do tema **Museus**, 2020 foi para Luís Raposo um ano, sobretudo, mais de interrogações e mui penosa reflexão: «*Quem pode ser director de museu?*» (pp. 530-532); «*O “novo normal” nos museus*» (pp. 540-542); «*O que podem fazer os museus, estando encerrados?*» (pp. 543-544); «*Que museus depois da pandemia?*» (pp. 551-556); «*Restos humanos em coleções de museu: um tema complexo em que importa reflectir*» (pp. 557-562).

Poucas são as ilustrações e a preto e branco que complementam, aqui e além, estas páginas. Optou-se, porém, por, antes da parte «Museus», se inserir um caderno de XVI páginas com fotografias em papel couché e a cores, a documentar passagens da vida do autor. Se lamentamos ter-se, aparentemente, querido ser ‘exaustivo’ (ou quase), o que necessariamente obrigou à redução excessiva de muitas em claro detrimento da sua legibilidade, é de nos congratularmos com a grande diversidade do registo.

E agarro na palavra ‘congratulação’: estamos gratos ao autor e ao editor por nos haverem disponibilizado desta sorte uma visão «*de enorme, de atordoante coerência*» (para usar da expressão do próprio Fernando Mão de Ferro, responsável pelas Edições Colibri) do que foram as incríveis peripécias por que passou a gestão política do Património Cultural nos últimos 50 anos. Um livro para ler, reler e... meditar! 🐉

Filomena Barata prossegue na sua campanha de tornar a Arqueologia acessível a todos, proporcionando publicações que possam servir de verdadeiros manuais.

Este seu *Glossário de Termos Latinos para a Arqueologia (A-L)*, em que associou a si Leonardo Rosa Ramos, docente na consagrada Universidade Pontifícia Salesiana, de Roma, insere-se nesse propósito e, como o título indica, aí se dá conta, em jeito de vocabulário, do significado das palavras que um eventual interessado em estudar Arqueologia encontrará pelo caminho e terá de saber usar com rigor.

Não é, porém, um simples dicionário, porque cada item constitui pretexto para se apresentar também o contexto em que normalmente é utilizado. Palavras latinas e palavras em português. Palavras da Arqueologia e palavras da Arquitectura, da Geologia, da Botânica, ou seja, de todas as ciências de que a Arqueologia se serve, porque, como se imagina, é ciência aglutinadora.

Veja-se um exemplo, colhido aleatoriamente: *aqua pluviae*. Trata-se de uma expressão latina, que significa, à letra, «água da chuva» e que, à partida, em contexto arqueológico, virá à baila quando se fizer referência, por exemplo, a uma conduta que leve a água da chuva ou a um espaço que a recolha e armazene. A explicação dada no livro é a seguinte: «*Água proveniente das chuvas que era recolhida pelos sistemas urbanos de saneamento ou por estruturas de armazenagem de água, como, por exemplo, as cisternas. Nos meios urbanos, poços de decantação permitiam filtrar as águas pluviais, e tanques garantiam água para reserva*» (p. 37).

Ou seja, imediatamente se lança o leitor para o ambiente. E, não contentes os autores com a apresentação desses primeiros dados, uma nota oferece o complemento: «*Para os Romanos, a gestão da água é fundamental, sempre presente nas suas preocupações e na edificação das cidades, a ponto de Plínio-o-Velho lhe dedicar no Index do Livro XXXI da sua História Natural uma expressão curiosa: aquarum mirabilia, referindo-se às características medicinais, sejam profiláticas ou terapêuticas, da água e sua importância a nível físico e mental. Também Vitruvius lhe dedica particular aten-*

ção no Livro VIII e X (Hidrologia e Máquinas Hidráulicas)» (p. 37).

Por consequência – e esta é a atitude assumida em todas as entradas –, os autores não resistem a contar tudo o que sabem. A questão é a água? Então, vamos já dizer tudo o que a palavra nos sugere!... E, ao ler-se com atenção o exemplo dado, facilmente se verifica as muitas veredas por onde os autores não hesitaram em singrar, porventura nem se dando conta do risco de labirinto em que poderiam cair – e caíram. Ao leitor vai caber, pois, a tarefa de encontrar o fio de Ariadne para dali sair ou, se rapidamente se tiver apercebido da sedução, fazer marcha atrás e seguir por outro caminho. De facto, à partida, o que interessava era explicar o que significava a expressão «água da chuva»; mas o exemplo serve-me para ilustrar o ecletismo patente em praticamente todos os itens do volume. Neste caso, aproveitou-se para falar de saneamento básico, de gestão hídrica, de urbanismo, de arquitectura... Nesse aspecto se insere a alusão à



BARATA, Filomena e RAMOS, Leonardo Rosa (2021) – *Glossário de Termos Latinos para a Arqueologia (A-L)*. Carviçais (Torre de Moncorvo): Lema d'Origem - Editora, Ld.^a. 216 p. ISBN: 978-989-8890-85-6.

informação sobre hidrologia e máquinas hidráulicas dos citados livros do arquitecto Vitruvius; mas já não se compreende muito bem que têm a ver com a água das chuvas as águas medicinais, para que nos remete a expressão, citada, de Plínio-o-Velho, alusiva às maravilhas terapêuticas das águas, tema que veríamos com bons olhos quando se versassem temas relacionados com as termas. Peguemos numa outra entrada (também aleatoriamente): *connubium*, palavra latina que significa conúbio (o vocábulo existe em língua portuguesa). Da mesma forma que se observou em relação à questão das águas, também aqui se esperaria que os autores acrescentassem duas ou três frases que enquadrassem a noção de casamento no ambiente romano antigo: se haveria uma cerimónia, se todos podiam casar, que direitos outorgava o casamento aos cônjuges... Enfim, nessa lógica de enquadramento, várias seriam as pistas a explorar ou a sugerir em nota de rodapé. Aqui, porém, os autores foram mais sucintos: «Direito legal de casar, um requisito indispensável para que um indivíduo se una através do casamento. Nem todos puderam desfrutar do *connubium*. Pessoas casadas, eunucos e parentes com certos laços de sangue estavam excluídos desse direito» (p. 82).

Neste caso, optou-se por atribuir à palavra apenas o seu significado legal, o que não deixa de ser interessante, porque situa o conceito numa atmosfera jurídica, que é a primeira que os dicionários apontam: quem é que pode casar? Na verdade, nem sempre a questão é vista desse prisma, que constitui, de facto, um aspecto fundamental mesmo nos dias de hoje, quando o ministro do matrimónio pergunta às testemunhas se há algum impedimento a que o acto se concretize. E os autores esclarecem que uma pessoa casada não pode casar (o que se nos afigura normal); que, na época romana, o *connubium* estava vedado aos eunucos; que há laços de parentesco próximo que, por razões de consanguinidade, impediam o casamento (como na actualidade). Dir-se-ia também, eventualmente, que o soldado em tempo de serviço não podia casar e que justamente, ao passar à disponibilidade, era esse direito um dos mais apreciados, mormente porque podia regularizar a situação de filhos nascidos duma relação conjugal pré-existente. Sirvam-nos estes dois exemplos para mostrar o interesse deste *Glossário*, que teve, naturalmente, continuidade com as restantes letras do alfabeto¹. Acrescentar-se-á, porém, que, mais do que

um glossário em sentido restrito, estamos perante uma... enciclopédia! Ou, dizendo doutra forma, um bom pretexto que os autores escolheram para nos encaminharem pelos meandros da história romana mais do que apenas pela terminologia arqueológica propriamente dita.

Só que – e eles que me perdoem! – foram demasiados esses meandros, o que, de facto, acabou por também os embarçar. Não apenas porque não tiveram tempo para relerem as provas tipográficas com atenção (são muitas as gralhas que escaparam), mas também porque a sua vontade de muito dizerem os levou, aqui e além, a terem bastante dificuldade em cingirem-se ao fundamental ou a usarem expressões ambíguas susceptíveis de induzir em erro.

Só mais um exemplo para ilustrar esse aspecto: depois de explicarem que o evergeta era «uma espécie de mecenas que financiava os espectáculos ou construções públicas», acrescentam: «Normalmente a ascensão na carreira política ou administrativa dependia desse financiamento» (p. 108).

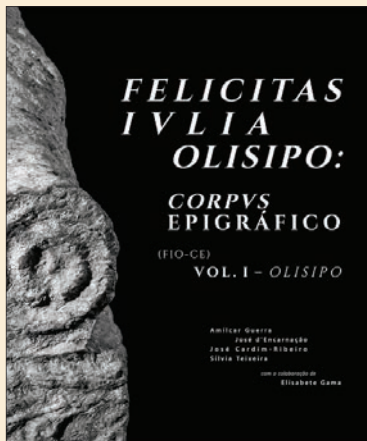
Analisando-se a frase com atenção, pode ocorrer-nos de imediato a moderna noção de «corrupção» («Pagas? Então votamos em ti!»), quando a realidade não era bem assim e mais se coadunava com o que hoje se chamam as ‘promessas eleitorais’: «Se me elegerem, eu faço isto, eu mando construir um teatro, um aqueduto»...

Do ponto de vista gráfico, houve a louvável preocupação de querer apresentar uma espécie de livro de bolso (em formato A5: 21 x 13,5 cm) e optou-se por duas colunas, na medida em que isso permitiria incluir as notas e as ilustrações lateralmente ao texto. No que concerne às notas, essa opção teria sido útil, desde que não fossem tão longas (passam, por vezes, duma página para a outra). No respeitante às ilustrações, amiúde se tentou meter o Rossio na Rua da Betesga: apresentar a fotografia aérea da cidade romana de Miróbriga numa imagem de 19 milímetros de alto por 35 de largo (p. 78) ou o *columbarium* de Tróia com essas mesmas dimensões, estando o *columbarium* lá ao fundo e um grupo de pessoas em 1.º plano (p. 79) – só para dar dois exemplos – constituíram, sem dúvida, distrações grandes por parte da editora.

Sirvam, pois, estas anotações para mostrar quanto a sua consulta será para todos enriquecedora, inclusive tendo em conta a abundante e actualizada bibliografia apresentada (pp. 179-205). 🐼

¹ BARATA, Filomena e RAMOS, Leonardo Rosa (2022) – *Glossário de Termos Latinos para a Arqueologia (M a Z)*. Carviçais (Torre de Moncorvo): Lema d’Origem - Editora, Ld.ª.

novidades



GUERRA, Amílcar; ENCARNÇÃO, José d'; CARDIM-RIBEIRO, José e TEIXEIRA, Sílvia (coord.) (2024) – *Felicitas Ivlia Olisipo: corpvs epigráfico (FIO-CE)*. Vol. 1 - *Olisipo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa (projeto Lisboa Romana / *Felicitas Ivlia Olisipo*).



HERNANDO SOBRINO, María del Rosario e GÓMEZ JIMÉNEZ, Sílvia (eds.) (2024) – *De Transmissione Epigraphica: medios y métodos de difusión y reutilización de las inscripciones*. Madrid: Guillermo Escolar Editor S.L. (*Epigraphica Complutense*).

Marcas em ânforas romanas da Lusitânia

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Poucos serão os comensais que, no restaurante, antes de porem a comida no prato, o viram do avesso para verem onde foi fabricado. Foi um hábito que me ficou desde o tempo em que, como docente de História e Geografia de Portugal, incitei os estudantes a fazerem álbuns de rótulos, para, dessa forma, melhor se aperceberem, em concreto, dos locais de fabrico dos produtos que em casa consumiam ou utilizavam. A entrada para o mundo da Arqueologia aguçou-me, naturalmente, essa curiosidade.

Carlos Fabião e Amílcar Guerra coordenaram uma equipa, constituída por João Almeida, Rui Roberto de Almeida, João Pimenta e Victor Filipe, que tomaram a seu cargo a elaboração do catálogo das marcas de ânforas romanas na Lusitânia guardadas no Museu Nacional de Arqueologia e no Museo Nacional de Arte Romano (de Mérida), seguramente os seus maiores alfobres.

O resultado dessa bem complexa pesquisa foi publicado, já em 2016, pelo Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, com o apoio da Union Académique Internationale através da Academia das Ciências de Lisboa, porque interessava que a publicação fosse integrada, neste caso como seu fascículo n.º 19, no *Corpus International des Timbres Amphoriques* em curso de execução, sob a proficiente direcção do Doutor José Remesal Rodríguez, da Universidade de Barcelona.

Saíu um volume em A4, de boa qualidade gráfica, encorpado papel couché (para melhor impressão das imagens), capa cartonada, onde se incluiu em fundo a imagem duma dessas marcas bem ampliada e, na contracapa, excerto do prefácio do Doutor Remesal, cuja não fácil leitura (pelo deficiente contraste) certamente pode recordar ao leitor que também não é fácil decifrar na asa de uma ânfora, usada e sujeita às intempéries de dois mil anos, uma marca que inicialmente funcionaria como um selo em relevo ('selo' de sigilografia e não de filatelia). Compreender-se-á facilmente por que razão o oleiro identificava as suas peças: uma razão de publicidade, como no caso dos nossos serviços de mesa; compreender-se-á facilmente por que razão o ar-

queólogo se interessa por identificar essa marca e saber com o maior grau de exactidão possível o local de achamento da peça marcada e quais as suas características: textura e cor da pasta, possível identificação do filão argiloso donde veio, aspecto formal da ânfora, forma gráfica da marca; e também se compreenderá facilmente por que razão as ânforas detêm assim tamanha importância: é que eram os contentores privilegiados para azeite, vinho e *garum* e, deste modo, se evidenciam as correntes comerciais e se conclui, por exemplo, que o estuário do Tejo e do Sado (nessa altura, possivelmente, um estuário único) serviu de escala para abastecimento da costa norte atlântica aonde os Romanos chegaram. Escreve, a esse respeito, o professor Remesal: «*Durante mucho tiempo se ha defendido que todo el tráfico entre la Bética y las provincias fronterizas se realizó a través de la vía del Ródano. Desde 1986 vengo resaltando la importancia de la vía atlántica, como camino principal de abastecimiento del ejército asentado en las provincias militarizadas del Noroeste del Imperio Romano y el papel fundamental que jugó la Bética en este tráfico.*»

Esse intenso tráfico, conclui, «*realizado a través de la ruta atlántica, favoreció una particular relación entre la Bética y Lusitania*» e o volume, que se anuncia, dedicado ao estudo das produções anfóricas lusitanas, «*mostrará como e hasta donde se distribuyeron los productos de la región, ayudándonos a obtener una visión más completa del desarrollo económico y de la integración de la Lusitania en el conjunto del Imperio romano.*»

Afirmação esta a cotejar com o que se assinala no «Breve comentário» de conclusão: «*Non será de mais sublinhar a relevância assumida pela rota atlântica de abastecimento às áreas mais setentrionais do Império (Britannia e Germania Inferior), que teria no porto de Olisipo um indispensável ponto de apoio*» (p. 118).

Nesse âmbito das rotas de abastecimento, interessou verificar a partir donde *Augusta Emerita* se abastecia. E obteve-se a confirmação: «*Os exemplares da capital da Lusitânia tanto poderão ter chegado por via meridional, justamente a partir*



FABIÃO, Carlos e GUERRA, Amílcar (dir.) (2016) – *Marcas de Ânforas Romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. 170 p. il. ISBN: 978-972-623-309-1 – <http://hdl.handle.net/10451/25621>

desta mesma entrada [«a associação entre Mértola, no extremo da navegabilidade do Guadiana a partir do mar, e Pax Iulia (Beja), que seguramente dali os recebeu»] ou, em alternativa, a partir de Oeste, desde os portos de Olisipo ou de Salacia (Alcácer do Sal), uma vez que se documenta particular concentração destas marcas tanto no baixo Sado, especialmente em Tróia, como no estuário do Tejo» (p. 120). Cá está um dos exemplos da interdisciplinaridade a que atrás se fazia referência: através da antroponímia registada, os documentos epigráficos confirmam essa conclusão.

Acentua-se, na Introdução, «a particular relevância da reunião de catálogos regionais de epigrafia anfórica» para «o estudo da economia antiga» e para «documentar a extensa rede de interações gerada no interior do Império Romano». Aí se anota também o facto de, até ao momento, poucas terem sido as publicações dedicadas, entre nós, a essa temática, o que não corresponderá a «uma real ausência de marcas de ânfora em paragens ocidentais», mas, antes, a uma «lacuna da investigação, tradicionalmente pouco dada a considerar este tipo de epígrafes».

Na verdade – e esse aspecto é salientado (p. 10) –, no *Ficheiro Epigráfico*, que vai agora no seu 271.º volume e que, desde 1982, já deu a conhecer mais de 900 epígrafes inéditas, somente se registou a publicação de «raríssimos exemplos de epígrafes sobre instrumenta». Não se considerou importante por parte dos arqueólogos – salvo a mui honrosa excepção patente no II volume das *Fouilles de Conimbriga*, que incorporou o estudo das marcas – e, por outro lado, também os epigrafistas não terão chamado suficientemente a atenção para um


dado de relevo no âmbito da história cultural: é que a onomástica patente nas marcas (e não apenas os grafitos!) deve também ser levada em linha de conta nos estudos antroponímicos e, até, na pesquisa epigráfica propriamente dita quanto à forma como a marca vem identificada. Veja-se o caso de ANNIGENIALIS, exemplar mostrado na Fig. 6 (p. 14): este testemunho do *nomen Annius* deve entrar no rol dos gentilícios e *Genialis* no dos *cognomina*, enquadrando-os na região a que o oleiro pertenceu.

Explica-se ainda, na Introdução, que se seguem neste catálogo as normas fixadas para o *Corpus* em

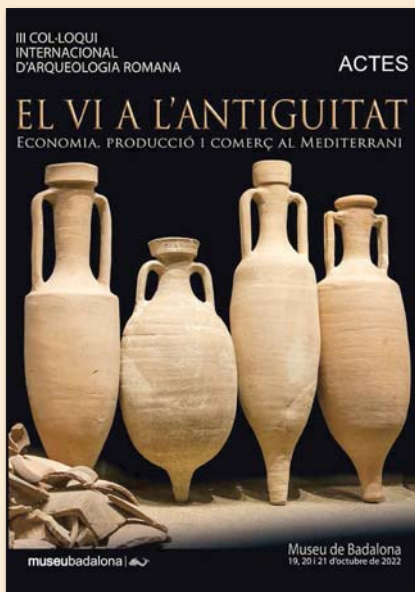
que se integra e que «os materiais estão apresentados por ordem geográfica: primeiro, as marcas itálicas, depois, as gálicas e as hispânicas». Neste último caso, optou-se, com razão, por distinguir as regiões, identificadas com base no fabrico, «aferido através de observação macroscópica com recurso a lente de 15 aumentos». E as regiões foram: Bética (vale do Guadalquivir e costa ocidental), Tarraconense setentrional, Norte de África e Lusitânia (vales do Tejo e do Sado e costa meridional).

Minucioso o tratamento de cada marca, abarcando todos os aspectos de análise, com ilustração a desenho e por fotografia (que regista as naturais

dificuldades de iluminação para realçar a exiguidade do relevo), não sendo nada despiciendas (antes pelo contrário!) as ‘observações’ que a marca sugeria.

Completam o volume 14 estampas: o mapa de localização dos sítios da Lusitânia representados no *corpus* e o desenho das marcas; a bibliografia (pp. 143-152); e os índices epigráficos, excelente guia para a consulta de uma obra que veio preencher, sem dúvida, uma lacuna no panorama bibliográfico da Arqueologia portuguesa. 

novidades



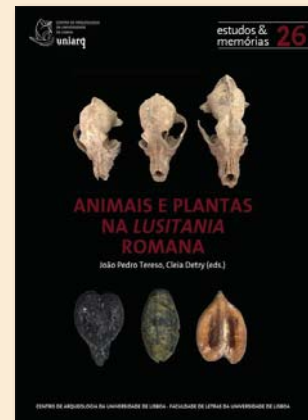
FORN, Clara e GURRI, Esther (coord.) (2024) – *El Vi a l'Antiguitat. Economia, Producció i Comerç al Mediterrani*. Badalona: Museu de Badalona (Actes del III Col·loqui Internacional d'Arqueologia Romana, Badalona, 2022) – <https://bit.ly/4a71Zet>

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2025-01-18]



BERNARDES, João Pedro; NOGALES-BASARRATE, Trinidad; GONÇALVES, Luís Jorge; LOPES, Virgílio e LOPES, Marco (eds.) (2024) – *Escultura Romana na Hispânia*. Faro: Universidade do Algarve (Atas do X Encontro Internacional de Escultura Romana na Hispânia, realizado em Faro e Mértola de 27 a 29 de outubro de 2022) – <https://doi.org/10.34623/b48f-2k76>

PIMENTA, João (2024) – *Monte dos Castelinhos e as Dinâmicas da Conquista Romana da Península de Lisboa e Baixo Tejo*. Lisboa: UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. 2 vols. (Estudos & Memórias, 24) – <https://doi.org/10.51427/chi.2024.24> e <https://doi.org/10.51427/chi.2024.25>



TERESO, João Pedro e DETRY, Cleia (eds.) (2024) – *Animais e Plantas na Lusitânia Romana*. Lisboa: UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Estudos & Memórias, 26) – <https://doi.org/10.51427/arq.2024.26>

